

MEGAEVENTOS E DEMOCRACIA? O SERVIÇO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Lizyane Fonseca Almeida ¹

Jane Cláudia Jardim Pedó ²



RESUMO

Os cenários e fatores envolvidos na realização dos eventos sociais de grande porte são conturbados e merecem maior detalhamento, tendo em vista a variedade de interesses envolvidos. A alteração da estrutura democrática, desvirtuada em favor de interesses individualistas, desfavorece o bem comum de modo a agredir fortemente os aspectos fundamentais dos direitos humanos. É em virtude desse contexto que se afirma a necessidade de empoderamento social, visando uma melhor efetividade do controle social e cidadania, tarefa intimamente ligada ao cotidiano interventivo do Serviço Social, importante na formação da conscientização cidadã norteada pela busca constante da liberdade e justiça social, colaborando de forma eficaz para a concretização do Estado Democrático de Direito. Este trabalho tem por objetivo geral analisar a função do serviço social dentro do problemático panorama desenhado pelos megaeventos no Brasil. Diante desse cenário contraditório, evidencia-se como justificativa a necessidade de contribuir para o debate em busca de maior compreensão acadêmica sobre os principais fatores inerentes. A metodologia utilizou uma revisão bibliográfica em sites de pesquisa científica e de instituições oficiais.

PALAVRAS-CHAVE

Megaeventos. Capitalismo. Empoderamento. Serviço Social.

ABSTRACT

The scenarios and factors involved in the realization of large social events are troubled and deserve greater detail in view of the variety of interests involved. Changing the democratic structure, distorted in favor of individual interests, discourages the common good to strongly attack the fundamental aspects of human rights. It is under this context that affirms the need for social empowerment to better effectiveness of social control and citizenship, closely linked to the task interventional everyday Social Service, important in the formation of citizen awareness guided by the constant search for freedom and social justice, working effectively to the achievement of the democratic rule of law. This work has the objective to analyze the function of social service within the problematic scenario designed by the mega events in Brazil. Given this contradictory scenario, it is clear to justify the need to contribute to the debate in search of greater academic understanding of the main factors involved. The methodology used in a bibliographic review of scientific research and official institutions sites.

KEYWORDS

Mega Events. Capitalism. Empowerment. Social Service.

1 INTRODUÇÃO

As tramas sistemáticas definidas pelo capitalismo vigente vêm consolidando-se ao longo da história como um modelo econômico essencialmente ligado a dinâmicas contraditórias de exploração do homem pelo homem e produção renovada de inúmeras expressões da questão social.

Em situação submersa na articulação dos mecanismos antagônicos capitalistas, emerge o cenário voltado à organização e execução dos megaeventos no Brasil, que vem expondo cenas de agressão aos direitos humanos e sociais em consonância com a desregulação do aparato Estatal.

Diante deste contexto problemático, é significativo entender o papel do controle social associado ao papel sociopedagógico do Serviço Social em meio ao contexto de luta pela afirmação da democracia legalizada e ainda não efetivada.

Este estudo tem como objetivo geral a compreensão sobre os principais pontos conflitantes envolvidos no panorama ligado aos eventos de grande porte realizados no Brasil em meio à conjuntura global da desestruturação da democracia estatal. No que se refere aos objetivos específicos, pretendeu-se refletir sobre os aspectos da relação entre Estado e capitalismo vigente; análise do cenário con-

temporâneo agressor à cidadania nos megaeventos; reflexões acerca do papel do Serviço Social no enfrentamento deste cenário problemático.

2 CIDADANIA NO CONTEXTO DOS MEGAEVENTOS: DA DESESTRUTURAÇÃO À BUSCA PELA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS

2.1 INTERAÇÕES CAPITALISTAS E ESTADO

O capitalismo contemporâneo apresenta-se sob uma ótica perversa que desconsidera os efeitos de suas ações, afirmando-se de maneira inerte às diversas agressões dos direitos humanos apresentadas cotidianamente e com naturalidade. O Estado existente sob a ideologia então neoliberal, que transfigura o liberalismo primário somando a ele outras características também de cunho liberalista, acaba por ser mais um instrumento articulador da reestruturação do capital produtivo (SOARES; BEHMOIRAS; SAMPAIO, 2013).

Costa (2011) realiza uma retomada histórica do neoliberalismo, afirmando mais fortemente após o período dourado do capitalismo, onde por meio de críticas ao keynesianismo, afirmador do bem-estar social, acaba por implantar sobre países considerados “em desenvolvimento”, como o Brasil, uma série de medidas agressivas a qualidade de vida e cidadania mediadas pela desnacionalização e enfraquecimento Estatal.

Dentro desta perspectiva, Mota (2009) faz uma análise sobre a entrada da ideologia neoliberal capitalista no Brasil, principalmente durante as décadas de 1980 e 1990, alienando a proteção social brasileira afirmada na Constituição Federal de 1988, de modo a desviar a aplicação dos direitos sociais em favor da lógica lucrativa. Nessa percepção, a autora ainda ressalva a conduta Estatal em meio a este contexto, onde os órgãos e instituições acabam por ser colocados à disposição dos interesses hegemônicos burgueses.

Em consonância com esta paisagem afirmadora das articulações capitalizadas, ocorrem fortes mudanças de padrões morais e sociais com a finalidade de sua naturalização, colocando a cidadania em detrimento da democracia, cortando direitos e afirmando uma nova ótica pautada no “cidadão-consumidor” (MOTA, 2009).

Nessa linha de pensamento, Soares; Behmoiras; Sampaio (2013) ponderam sobre como as relações econômicas estabelecem de forma arbitrária as relações sociais e a própria cidadania, onde a propriedade privada acaba por estabelecer uma justificativa de acesso diferenciado aos direitos, numa perspectiva liberal de naturalização da pobreza em que o pobre é o único culpado por sua condição.

O cenário dos megaeventos esportivos é terreno fértil para a ampliação dos intentos lucrativos dominantes, que por meio da associação com o poder estatal

acabam por firmar a estruturação de grandes obras, componentes vitais da lógica acumulativa, denotando um ambiente antagônico, já que o discurso é inserido de maneira a convencer sua legitimidade cidadã (SOARES; BEHMOIRAS; SAMPAIO, 2013).

Soares; Behmoiras; Sampaio (2013) ainda expressam o debate fomentado no jornal Folha de São Paulo, colocando em pauta o forte orçamento de 26,5 bilhões em função da iniciativa privada, visando à realização de obras monumentais, construção e reforma de estádios, entre outros; isto é, distribuindo os recursos públicos para os grandes empresários, acentuando decisivamente a desigualdade no país. Soares; Behmoiras; Sampaio (2013, p. 134) afirmam também que:

No final de 2012, o TCU apresentou um diagnóstico preocupante das obras da Copa do Mundo no Brasil e sugeriu ao governo federal que, diante da ineficiência na execução dos investimentos, retire alguns empreendimentos da sua matriz de responsabilidades. De acordo com uma auditoria do TCU, das 44 obras de mobilidade financiadas pela Caixa Econômica Federal, 38 não receberam nenhum desembolso por parte da iniciativa privada.

Diante das afirmações apontadas, torna-se possível perceber a íntima relação entre as estratégias neoliberais capitalistas e as sérias consequências a plenificação da cidadania brasileira, onde esta acaba por ter seu sentido central, pautado no respeito à dignidade humana e democracia, desviado em favorecimento da lógica econômica vigente. Estas articulações do poder estimulam apenas a perspectiva do consumo, onde os direitos são quase que exclusivos para aqueles que possuem o domínio dos meios-de-produção e bens privados, afirmando a minimização do Estado Democrático de Direito afirmado Constitucionalmente.

Dessa forma, a cidadania desvirtuada é utilizada dentro de uma perspectiva de Estado Mínimo. Sob essa ideologia, os megaeventos acabam por afirmarem-se como mais um mecanismo de divisão autoritária do poder, contribuindo fortemente para a acentuação da desigualdade socioeconômica e piora da qualidade de vida da classe trabalhadora.

2.2 O CENÁRIO AGRESSOR

Face às tramas capitalistas consolidadas no Brasil em meio à organização dos grandes eventos, surgem denúncias e constatações que confirmam o desenho de uma paisagem erradicadora dos direitos, onde o ser humano é desconsiderado e tem a sua dignidade violentada cotidianamente.

Segundo CFESS (2011), há um incisivo relato de agressão aos direitos dos cidadãos durante a preparação das estruturas referentes aos eventos Copa Mun-

dial de 2014 e Olimpíadas de 2016, onde o dirigente da Central de Movimentos Populares (CMP), Benedito Barbosa, afirma um contexto fortemente negativo no que tange principalmente as comunidades mais carentes de recursos, que não possuem os direitos de liberdade e acesso aos serviços sociais; ao mesmo tempo, Barbosa faz apontamentos analíticos entrelaçando estes fatos com as perspectivas positivas que deveriam ser promovidas pelos megaeventos, como a garantia dos direitos sociais, ambientais e culturais.

Além disso, o CFESS (2011, [n.p.]) relata mais detalhadamente o depoimento de Benedito Barbosa sobre os abusos cometidos no contexto dos megaeventos:

Segundo ele, em todo o país, no âmbito da habitação, atrocidades vêm sendo cometidas contra a população mais pobre, inclusive nas cidades que sediarão a Copa do Mundo. Por isso, é preciso ficar atento/às ações que estão por vir. "Em São Paulo, fotografaram e pintaram marcas nas casas dos moradores/as que seriam removidos/as ou despejados/as, isso sem qualquer aviso ou negociação. Tudo na base da truculência, da ameaça e da intimidação. Uma violação absurda dos direitos dos/as cidadãos/ãs" denuncia.

O Dossiê do Comitê Popular Rio da Copa e das Olimpíadas (2013) aponta tal questão habitacional na cidade do Rio de Janeiro, local em que a especulação imobiliária favorecida pelos grandes eventos esportivos promove a transferência de posse das regiões potencializadas comercialmente nesse contexto, retirando as famílias pobres das áreas de interesse empresarial. Ainda são evidenciados neste cenário, o desrespeito aos cidadãos por intermédio de ações coercitivas, como a ameaça. A parcela populacional vulnerabilizada economicamente passa a ser considerada em uma cidadania "inferior", excetuada de direitos, onde a justiça é utilizada muitas vezes como instrumento favorecedor das classes dominantes, derrubando liminares e implantando remoções imediatas (COMITÊ POPULAR..., 2013, [n.p.]). As relações expostas denotam dúvidas acerca da democracia na sociedade brasileira, visto que a cidadania, vital para sua plenificação apresenta-se totalmente contrária a seu real significado.

Igualmente, outra revelação se mostra na cidade do Rio de Janeiro no tocante ao tratamento dos moradores de rua, que em meio à "limpeza" urbana, são removidos para abrigos duvidosos, potenciais a continuidade da problemática (COMITÊ POPULAR..., 2013).

Soares; Behmoiras; Sampaio (2013), também, abordam sobre a posição exercida pela classe trabalhadora nos megaeventos esportivos, onde estes cidadãos são utilizados como mão de obra na construção de vultosos estádios ou até mes-

mo incentivados ao trabalho voluntário, todavia não possuem acesso ao espetáculo, reservado aos pagantes. Sobre essa questão, Soares; Behmoiras; Sampaio (2013, p. 132) ponderam que:

A construção deste espaço público, o Estádio Nacional de Brasília (antigo Estádio Mané Garrincha), deixa bem claro que a exclusão da maior parte da população é parte integrante deste projeto, ou seja, mesmo que o futebol seja o esporte mais popular e mais praticado, visto e ouvido no Brasil, existem espaços reservados para determinadas castas sociais que não podem ser invadidos por sujeitos desafortunados.

Diante desta consideração emerge a interrogação sobre a democracia brasileira, não afirmada na prática, tendo em vista que o acesso democratizado, também, é extirpado daqueles que não participam dos grupos sociais favorecidos economicamente, corroborando o capital como decisivo para se exercer os direitos. Neste contexto, é possível perceber que os direitos humanos estão sendo fortemente desrespeitados, isto é, sob a ideologia do lucro neoliberal, a cidadania é desvirtuada juntamente com a democracia. Sobre isso, Soares; Behmoiras; Sampaio (2013, p. 3) criticam:

Sob os alicerces desta “nova” face de projeto de sociedade, o neoliberalismo, as relações travadas entre Estado e sociedade são constituintes de um novo cariz sobre o que é público e sobre o que é privado. Este é nosso ponto de partida, esta é a nossa pauta de embate. Entender que nós brasileiros temos uma cidadania “falsificada”, obreira de concreto e aço que cingidos assumem o formato de um “grande ninho”, chamado de estádio.

Assim sendo, as reflexões demonstradas convergem para a consolidação de um país contraditório, que por meio das relações capitalizadas utiliza o mecanismo dos megaeventos como um instrumento essencial à afirmação de sua ideologia e práticas, opostas e promotoras de um forte hiato existente entre a teoria afirmada constitucionalmente e a prática da cidadania democratizada.

2.3 EMPODERAMENTO E CONTROLE SOCIAL PARA A CIDADANIA

Em meio ao delineamento de um panorama amplamente danoso a vida e cidadania brasileiras, o empoderamento aparece como importante ferramenta para a emancipação social, permitindo o maior conhecimento dos direitos e da real interação de fatores decisivos na sociedade, além da consciência política plena, central para a consolidação do bem comum de uma nação.

O mecanismo ligado ao empoderamento ocorre dentro de uma perspectiva em que o povo assume o poder concomitantemente a sua evolução crítico-analítica, de modo a se tornar habilitado na consciência sobre seu papel e importância (BARRETO, 2003 APUD NASCIMENTO, 2000). Este processo afirmado de maneira estrutural é potencial na promoção de uma performance social ativa sob a expectativa de cidadania. Dentro disso, também cabe ressaltar a função das instituições de mediação, facilitadoras da discussão política e controle social (KLEBA; WENDAUSEN, 2009). ceder.

Dessa maneira, tal organização social surge como proposta clara e concisa de plenificação da equidade, onde a partir do autoconhecimento, a população passa a atuar como verdadeira condutora do espaço público e suas decisões, definindo-se legitimamente nessa interrelação.

Sob o entendimento desse processo emancipatório como vital para a superação do quadro agressor instaurado, CFESS (2011) demonstra os apontamentos de Barbosa para a realização mais efetiva do controle social, mobilizando o maior número de movimentos sociais e sindicatos, como também órgãos de defesa dos direitos e controle do orçamento público, a fim de monitorar as sequelas geradas pelos megaeventos.

Bravo (2012) aponta que para a existência de maior plenitude na atuação do Controle Social Participativo, deve ocorrer a formação da emancipação social com estabelecimento da consciência de luta cidadã a partir de uma educação ligada ao entendimento das concepções democráticas. Bravo (2012, p. 4) explicita melhor a importância do Controle Social na Sociedade:

Na atualidade, com as condições objetivas explicitadas de fragilização das lutas coletivas, considera-se como uma estratégia importante o fortalecimento da organização popular tais como os conselhos, conferências e movimentos sociais tendo como um dos objetivos o questionamento da cultura política da crise gestada pelo grande capital. Assim, precisa-se ter conhecimento das principais questões que esses mecanismos de Controle Social da Sociedade sobre o Estado têm, como também, atentar para alguns desafios a serem enfrentados.

Deste modo, evidencia-se claramente a potencial necessidade e importância de outro ponto de vista social, pautado na consciência ampla dos mecanismos e direitos existentes, onde a partir de uma nova habilitação social os cidadãos alcancem um nível justo e equilibrado de vida, perpetuando o respeito e bem-estar geral da sociedade sobre os desvios individualistas guiados pela ordem lucrativa, como no caso dos megaeventos.

Esses acontecimentos de grande impacto social e econômico ocorrem, portanto em desacordo com as reais necessidades da população. Além disso, a educação ocorrida de maneira amplificada, não apenas limitada a direcionamentos burgueses pré-concebidos, é também fator vital ao empoderamento e concretização da dignidade humana na nação brasileira, o que merece atenção da sociedade sob esse aspecto reflexivo.

2.4 O SERVIÇO SOCIAL E SEUS PROFISSIONAIS NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS

É na concepção emancipadora, como a citada anteriormente, que se insere o Assistente Social. Segundo Yamamoto (2011), o Serviço Social atua no enfrentamento das expressões da questão social, inerentes a organicidade configurada na conjuntura da luta de classes estabelecida. Bravo (2012) especifica a importância do trabalho deste profissional nas Instâncias de Controle Social, principalmente na promoção do empoderamento dos indivíduos, permitindo a eles sair de uma condição alienante para o esclarecimento de sua realidade em meio ao conjunto dos questionamentos e tramadas contemporâneas.

Yamamoto (2009) retrata de modo claro o papel do Serviço Social nas instâncias públicas de controle social, destacando a finalidade profissional de modo inerente a promoção contínua de articulação política em meio a sociedade, visando promover estratégias de ordem democrática. Ao mesmo tempo, Yamamoto (2009, p. 25) também destaca que:

É fundamental estimular inserções sociais que contêm potencialidades de democratizar a vida em sociedade, conclamando e viabilizando a ingerência de segmentos organizados da sociedade civil na coisa pública. Essa proposta requer ações voltadas ao fortalecimento dos sujeitos coletivos, dos direitos sociais e à necessidade de organização para a sua defesa, construindo alianças com os usuários dos serviços na sua efetivação.

Diante destas reflexões é significativo abordar o pensamento de Asmal (2014) durante palestra realizada no Teatro Tiradentes, onde expressou algumas críticas específicas ao cenário de megaeventos esportivos em seu país, África do Sul, ressaltando a importância do engajamento social na busca por uma nação mais democrática, o que permite fazer uma ponte analítica com a profissão de Serviço Social, que busca por meio da orientação, o empoderamento dos cidadãos para estabelecimento da liberdade, democracia e justiça social.

Os apontamentos desta estudiosa podem ser utilizados em paralelo às concepções da linha pautada nos valores e princípios do Serviço Social, estabelecidos em sua legislação, onde se evidencia a imperativa necessidade da formação de indivíduos críticos de sua realidade, capazes para controlar e consolidar os direitos afirmados constitucionalmente.

Em consonância a esta reflexão, a Conselheira e assistente social Kátia Madeira, citada pelo CFESS (2011), entende que o Código de Ética do Assistente Social é um forte norteador da categoria, permitindo a busca política para enfrentamento à violação dos direitos, além disso, ressalta a importância profissional no fortalecimento dos movimentos da classe trabalhadora no âmbito da garantia de direitos e da prestação de serviços públicos.

O que se nota claramente, é a necessidade da luta pelo acesso à universalidade de direitos, como relata a também assistente social Tânia Godói em debate demonstrado por CFESS (2011), para ela, a defesa da democracia perpassa pelas lutas dos cidadãos, na busca pela formação de uma sociedade plenamente preocupada com a ética, igualdade e liberdade, imprescindíveis à equidade social.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível inferir a evidente interrelação entre os aspectos norteadores da ideologia capitalista e a política neoliberal vigente na atualidade, o que acaba por gerar péssimas consequências à sociedade, especialmente aos mais vulneráveis, já que o aparato estatal permanece expressivamente desvirtuado em favor dos interesses hegemônicos da lucratividade.

Nesse aspecto, os megaeventos esportivos aparecem como um forte instrumento de afirmação dos interesses individualistas ligados a ordem do capital, violentando os direitos humanos, bem como todo o ordenamento democrático estabelecido constitucionalmente. Diante desta paisagem, percebe-se então a alienação quase que total de direitos em favorecimento de grupos específicos, demonstrando claramente o ataque à plenitude da cidadania.

Compreende-se então a vital necessidade da participação política ativa e consciente por parte do povo na concretização dos seus direitos, independentemente da forma em que se apresentem as implicações do sistema. É nesse ponto crucial que aparece o Serviço Social, constituindo-se como formador da emancipação coletiva norteada por um projeto ético-político que busca a equalização dos direitos no combate a todo e qualquer tipo de desrespeito gerado na matéria de sua atuação.

REFERÊNCIAS

ASMAL, Z. **Designing Brasil**. Seminário internacional e megaeventos esportivos. Teatro Tiradentes, Aracaju, abr. 2014.

BARRETO, R. C. S. **O empoderamento de comunidades e o desenvolvimento local**. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/06/P378.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2014.

BRAVO, M.I. S; CORREIA, M.V.C. Desafios do controle social na atualidade. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n.109, jan-mar 201, p.126-1502.

CFESS. **Direito à cidade?** Exclusão é a marca das obras para os megaeventos. CFESS, Minas Gerais, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/630>>. Acesso em: 8 maio 2014.

COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro. 2013. **Dossiê**. Disponível em: <www.rio.portalpopulardacopa.org.br/>. Acesso em: 8 maio 2014.

COSTA, A. S. **A efetivação dos direitos sociais no estado democrático de direito brasileiro**: uma abordagem crítico-reflexiva da análise econômica do direito a partir de Richard Posner e a proposta de Ronald Dworki.2011. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Faculdade Mineira de Direito, Belo Horizonte, 2011.

IAMAMOTO, M.V. **O serviço social na cena contemporânea**. Disponível em: <http://cressmt.org.br/upload/arquivo/pos_graduacao_cfess_2010.pdf >. Acesso em: 8 maio 2014.

IAMAMOTO, M.V. Os espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social. In: CFESS. **Serviço social**: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS / ABEPSS, 2009.

KLEBA, M.E; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde Soc.** São Paulo, v.18, n.4, 2009. p.733-743.

MOTA, A. E. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In. CFESS. **Serviço social**: direitos e competências profissionais. BRASÍLIA: CFESS / ABEPSS, 2009.

SOARES, M.M; BEHMOIRAS, D.C; SAMPAIO J.O. A cidadania ferida no país da copa: as obras públicas para os mega eventos sob o sorriso do lagarto. **Motrivivência**, Brasília, n.41, dez. 2013. p.128-139.

Data do recebimento: 9 de Dezembro de 2014

Data da avaliação: 2 de Janeiro de 2015

Data de aceite: 12 de Janeiro de 2015

1 Acadêmica do curso de Serviço Social da Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail: janepedo@ig.com.br

2 Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas (1985), graduação em Educação Artística Habilitação Artes Plásticas pela Universidade Federal de Pelotas (1997), especialização em Serviço Social e Política Social pela Universidade Nacional de Brasília (2001), mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2003) e doutorado em Ciências pela Universidade Federal de Pelotas (2007). Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: serviço social, escola, mundo do trabalho, família, exclusão social, agricultura familiar e economia solidária.

E-mail: janepedo@ig.com.br